



ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

PROTECTED AREAS IN THE PANTANAL: TRADITIONAL COMMUNITY OF BARRA DO SÃO LOURENÇO ON THE BRAZIL/BOLIVIA BORDER – CORUMBÁ REGION – MS, BRAZIL

André Luiz Siqueira¹, Aguinaldo Silva², Beatriz Lima de Paula Silva³,

RESUMO

Desde a implantação dos primeiros modelos de Parques Nacionais importados ao Brasil na década de 1930, sob o olhar da “natureza selvagem”, conflitos ambientais e sociais se tornaram recorrentes em todo o país. Este trabalho demonstra por meio de revisão bibliográfica, trabalho de campo e observação participante que a Comunidade da Barra do São Lourenço, localizada na fronteira oeste do Pantanal, sofreu diferentes impactos negativos de ordem social, político e cultural com o processo de implantação de Unidades de Conservação. Destaca-se ausência de governança do estado, de gestão territorial desordenada, equívocos jurídicos e de técnicos em nome da proteção da biodiversidade no Pantanal. Por outro lado, a atuação de importantes instituições de defesa das populações tradicionais provocou o diálogo de forma participativa e democrática no reconhecimento e legitimidade da Comunidade, demonstrando um importante elemento para a conservação da biodiversidade do patrimônio cultural e histórico. Conclui-se que este trabalho apresentou os aspectos sociais, culturais, políticas e econômicas de ocupação e uso dos recursos naturais pela Comunidade da Barra do São Lourenço, o que demonstrou um diagnóstico da interação do território e também os conflitos existentes na região. Assim, essa pesquisa pode servir como referência para subsidiar políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Palavras-chave: Gestão territorial; conservação; conflitos; Pantanal.

ABSTRACT

Since the implementation of the first National Parks imported to Brazil in 1930's underpinned on the idea of "wilderness", environment and social conflicts have become recurrent throughout the country. This paper demonstrates through bibliographic review, field work and participant observation that the Community of Barra do São Lourenço located on the western border of the Pantanal suffered several socio, political and cultural negative impacts as a consequence of Protected Areas implementation. It is pointed out the lack of state governance, landscape mismanagement, legal and technical mistakes in the name of biodiversity protection in the Pantanal. On the other hand, the presence of grassroots institutions focused on traditional populations led to participatory dialogue and democratic legitimacy and recognition of the community, which has become an important element for biodiversity conservation and protection of cultural and historical heritage. It is concluded that this work presented the social, cultural, political and economic aspects of occupation and the use of natural resources by the Community of Barra do São Lourenço, which demonstrated a territory interaction diagnosis and also the conflicts existing in the region. Thus, this research can serve as a reference to subsidize public policies for the sustainable development of the community.

Key-words: Territorial management; Conservation; Conflict; Pantanal

Recebido em: 07/02/2017

Aceito em: 01/08/2018

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá/MS, e-mail:andre@riosvivos.org.br

²Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá/MS, e-mail: aguinald_silva@yahoo.com.br

³Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá/MS, e-mail: beatriz.paula@ufms.br

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que enfrentamos grandes desafios socioambientais na construção da democracia. Limites ecológicos e sociais foram ultrapassados e é necessário lidar com a escassez de água potável, pobreza, uso da terra, perda de biodiversidade e mudanças climáticas (ROCKSTRÖM et al., 2009). A perda de biodiversidade, por exemplo, se aproxima de extinções em grande escala (BARNOSKY et al., 2011). Portanto, precisamos urgentemente mudar a maneira como utilizamos os recursos naturais e encontrar melhores ferramentas para essa grande escala de perdas. Não há soluções simples, porém algumas estratégias têm sido propostas, que incluem duas ações principais: pagamento por serviços ambientais e criação de áreas protegidas.

Pagamentos por serviços ambientais (PSA) têm sido indicados como uma das soluções mais inovadoras. Parte-se do pressuposto de que os serviços ambientais (tais como água potável) são as externalidades na lógica econômica; a ideia do PSA é fazer com que a proteção dos recursos naturais possa valer mais do que outros modelos de exploração de recursos (ENGEL et al., 2008).

Porém, PSA possuem inúmeras críticas e gargalos. Como Redford & Adams (2009) revelam, há riscos no conceito de PSA. Movido pelas regras do mercado, podem ter falhas, como por exemplo mudanças climáticas que alteram as dinâmicas das florestas e comprometem as previsões de entrega do produto; um fogo natural, por exemplo, pode destruir uma grande área nativa e um rio pode secar devido às mesmas causas (REDFORD & ADAMS, 2009). Por fim, os serviços ecossistêmicos preveem que o uso insustentável em um lugar pode ser reparado através de práticas sustentáveis em outra região ou bioma, o que não traz o desenvolvimento equilibrado como um todo (FAIRHEAD, LEANCH & SCOONES, 2012). À luz de todas essas críticas, a PSA ainda tem um longo caminho para se tornar um instrumento eficaz proteção da biodiversidade.

Por outro lado, Áreas Protegidas (APs) ou Unidades de Conservação (UCs), tem sido vistas como uma das maneiras mais eficazes de se fazer a proteção da biodiversidade. O conceito moderno de área protegida só foi estabelecido nos EUA por meio dos primeiros Parques Nacionais, Yosemite e Yellowstone, em 1864 e 1872, respectivamente (POSSINGHAM et al., 2006). Hoje, cerca de 12,7% da superfície do mundo é protegida por alguma categoria de AP, e esse percentual tende a aumentar com metas de 17% até 2020 (DIAS, 2000). Porém, áreas protegidas não estão livres de críticas. A mais central delas está relacionada à desapropriação de comunidades locais na tentativa de evitar impactos ambientais (ZOOMERS, 2010).

A desapropriação é baseada na ideia de que não existem maneiras sustentáveis de usar recursos, uma vez que, comunidades locais explorariam espécies até que elas sejam exauridas ou extintas - uma ideia que foi primeiramente conhecida como "Tragédia dos Comuns" na década de 1970 (HARDIN, 1968) e diversas vezes aparecem na literatura por meio de novos resultados (FERNANDEZ et al., 2012). Contudo, as consequências do deslocamento podem ser desastrosas, mesmo se compensadas, e incluem: desemprego, perda do abrigo, marginalização, insegurança alimentar, aumento da morbidade e mortalidade, desarticulação social e cultural, (CHIARAVALLI, 2015).

Uma vez que, apesar de "empurrar" as pessoas para fora, podendo reduzir os danos à natureza, a ação pode causar grande impacto à qualidade de vida dessas populações locais (BORRAS et al., 2011). Em primeiro lugar, a maioria dos meios de subsistência das comunidades tradicionais locais está baseada em uma ampla gama de recursos naturais e essa variabilidade ajuda na sobrevivência e na adaptação a mudanças ambientais, como grandes cheias e secas (BÉNÉ, 2003). Em segundo lugar, a maioria das pessoas deslocadas migram para as cidades onde passam a ocupar, geralmente, áreas periféricas, o que agrava a

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

exposição a riscos e faz com que se deixe para trás toda sua história e calores tradicionais.

Além disso, alguns autores argumentam que alguns tipos de uso dos recursos naturais não causam qualquer tipo de dano a longo prazo e, portanto, não levam espécies à extinção ou esgotamento dos recursos – e que a desapropriação só irá aumentar os conflitos na região (COAD et al., 2013; PLAGÁNYI et al., 2013; HOMEWOOD et al., 2012).

Adiciona-se o fato de que várias comunidades possuem regras e redes sociais estabelecidas para evitar o uso insustentável do recurso, como este estudo irá mostrar, o caso da Comunidade da Barra do São Lourenço, na fronteira oeste do Pantanal, que desde a década de 1990, com a implementação de reservas particulares, sofre com a falta de território para a manutenção dos costumes tradicionais e recursos básicos à sua sobrevivência como áreas de pesca, o acesso à água potável e territórios seguros durante as cheias. Recentemente, Chiaravalloti (2017), aponta conflitos na Comunidade da Barra do São Lourenço referente às atividades pesqueiras na região.

Em face do que já se tem de referências, não considerar populações locais, torna qualquer abordagem de conservação da biodiversidade bastante frágil (SMITH &

VERISSIMO, 2009) e têm existido reivindicações, especialmente vindas de cientistas sociais, para evitar qualquer tipo de expulsão (BORRAS et al., 2011).

Apesar do país possuir em sua legislação ambiental ferramentas que regulam o uso e ocupação de territórios, as quais têm a responsabilidade de assegurar a “participação efetiva das populações locais a criação, implantação e gestão de unidades de conservação”, como estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em seu artigo 5º, parágrafo III (BRASIL, 2000), e garantir os direitos dos povos aos elementos que lhe dão condições de sobrevivência, o que se aplica na prática é uma vertente “preservacionista”, baseada nos modelos norte-americanos, os quais o Brasil importou a partir da década de 1930 com a criação dos primeiros parques nacionais, desenhando conflitos territoriais, sociais, culturais, políticos e econômicos.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi avaliar as consequências da implementação das Reservas Particulares de Proteção Natural (RPPN) na transformação do modo de vida (limitação de área para pesca e coleta de isca) da Comunidade da Barra do São Lourenço (Figura 1).

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

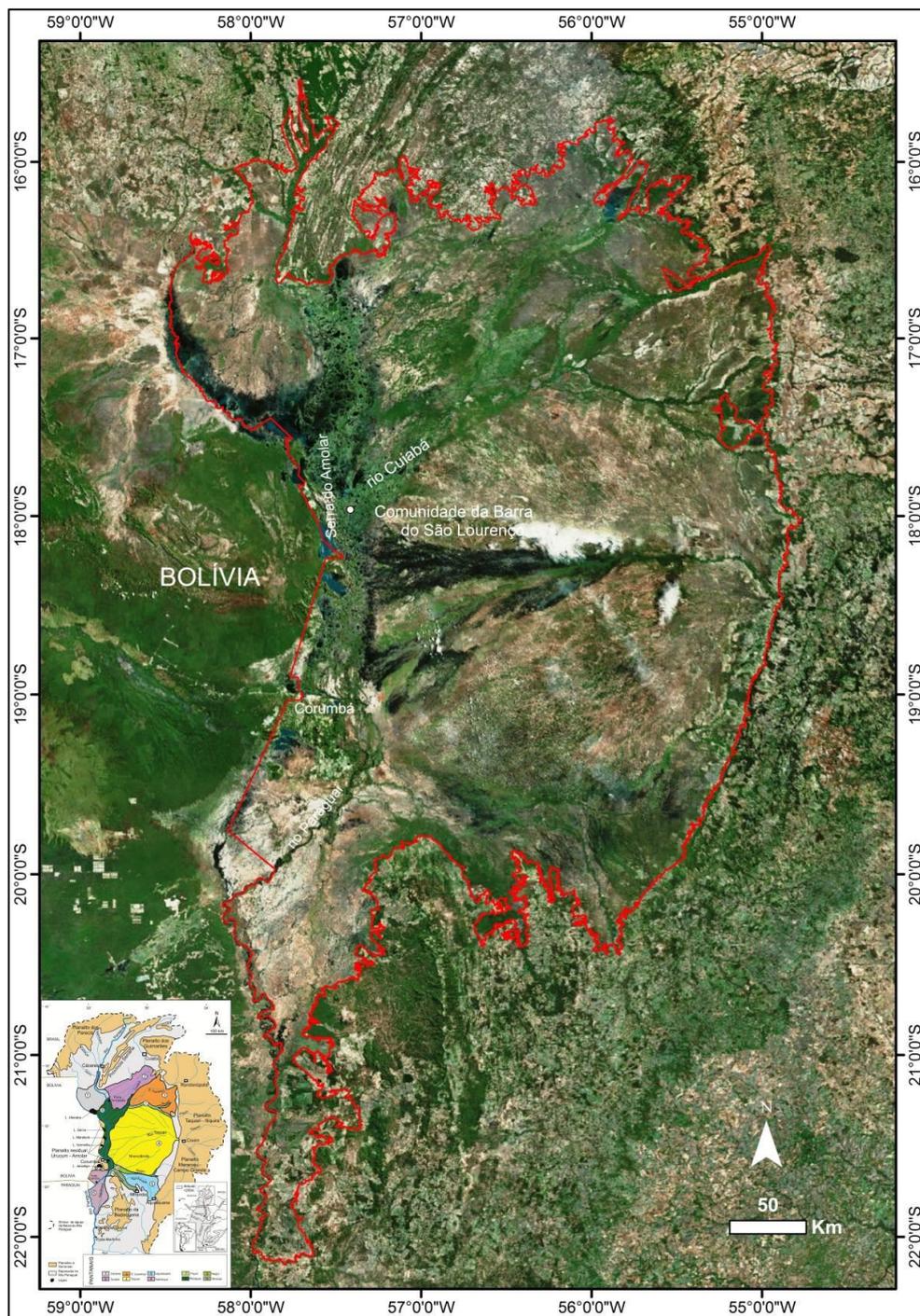


Figura 1 - Imagem da localização da área de estudo. Em vermelho os limites do Pantanal Matogrossense e ao centro a localização da Comunidade da Barra do São Lourenço. Fonte: O autor (2017).

1.1. ÁREA DE ESTUDO

A Comunidade da Barra do São Lourenço está localizada na sub-região do Pantanal do Paraguai, no estado de Mato Grosso do Sul na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, e conta com uma área de 8.147Km², que possui atualmente 23 famílias. Grande parte do seu

território sofre inundações do próprio rio Paraguai, que é o principal canal de drenagem da área úmida (Figura 2).

Algumas das formações fitofisionômicas registradas na região são: florestas de inundação, campos de altitude, cerrado, mata semi-decídua e de

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

galeria(DAMASCENO, et al., 2005; CHIARAVALLI, 2012).

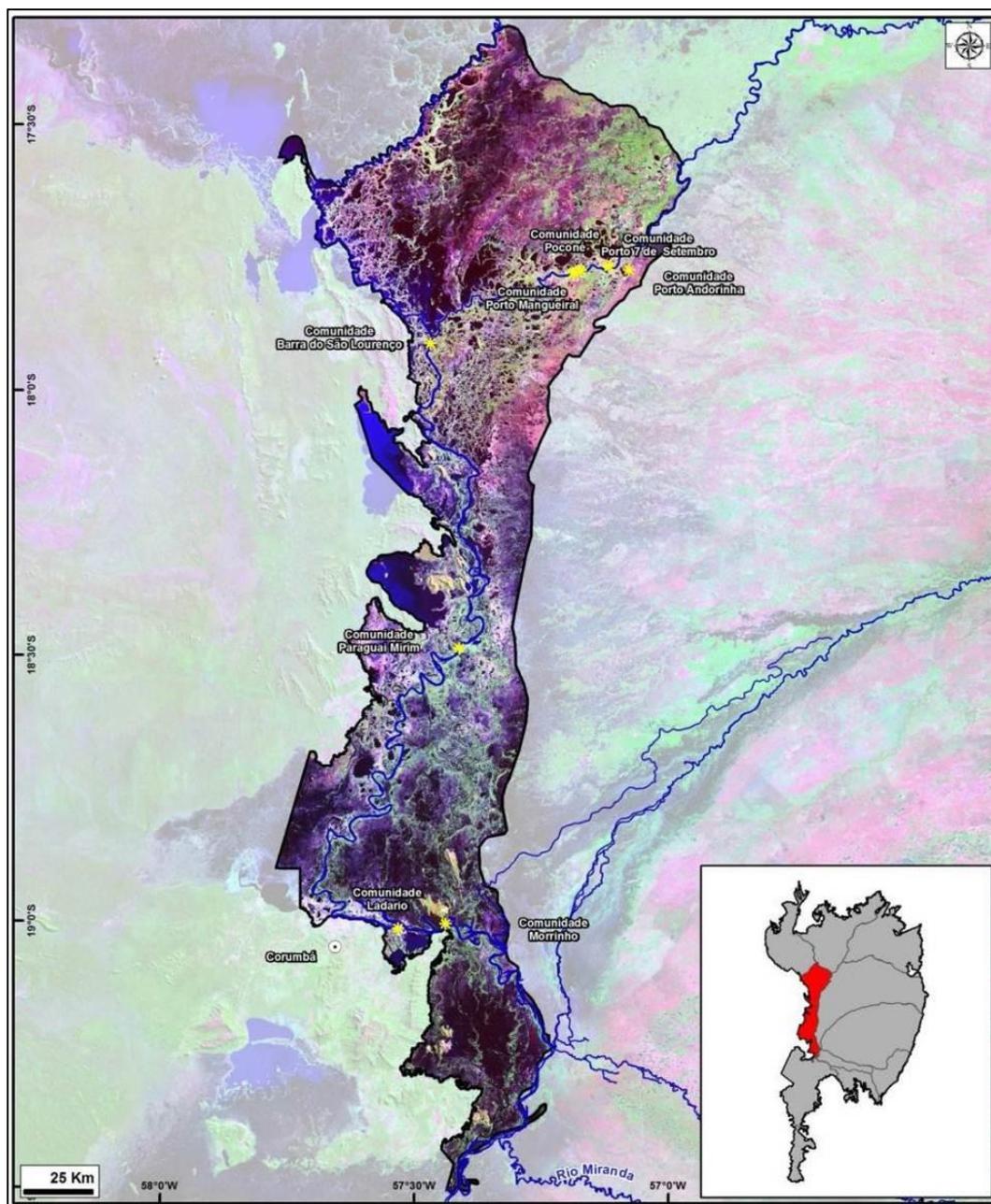


Figura 2 - Imagem da região do sub Pantanal do Paraguai. Na imagem é possível observar a localização da Comunidade da Barra do São Lourenço e das outras comunidades existentes na região. Fonte: Ecoa, 2013.

A Comunidade da Barra do São Lourenço (Figura 3) vive em um ambiente moldado pelos movimentos das águas do rio Paraguai e do rio Cuiabá, seja cheia ou vazante

a comunidade tem suas características próprias e traz para aqueles que lá vivem um modo de pensar, sentir, olhar e agir único, que devem ser considerados.

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

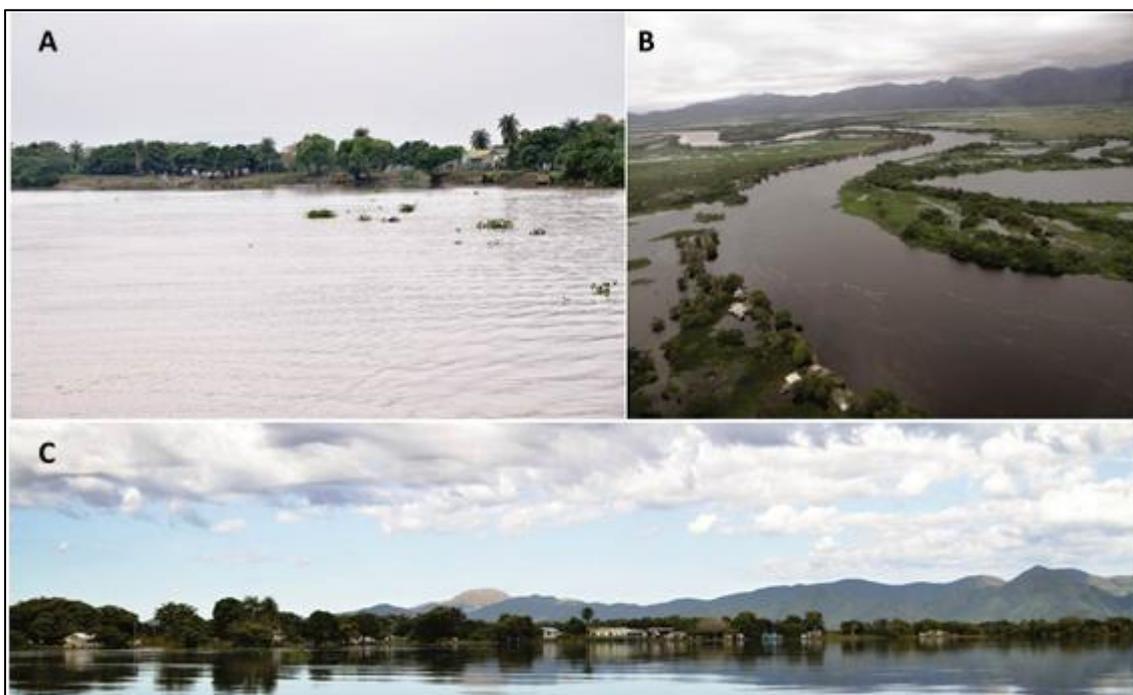


Figura 3 - Imagem da Comunidade da Barra do São Lourenço. (A) Imagem registrada em 30/09/2015 durante o período seco. (B) Imagem registrada em 14/07/2014 período úmido. (C) Imagem panorâmica da comunidade. Ao fundo a Serra do Amolar que exerce um papel fundamental no controle hidrológico, contribuindo para a inundação da região. Fonte: Os autores (2017).

A região é habitada por aproximadamente 400 ribeirinhos distribuídos em quatro principais comunidades: Barra do São Lourenço, Paraguai Mirim, São Francisco e Porto Amolar, além de núcleos familiares menores como na região do Chané (Figura 2) e ao longo dos rios Paraguai e Cuiabá (ALMEIDA & DA SILVA, 2011; AMÂNCIO et al 2007 e 2010; BORTOLOTTI, 2005). A maior influência sobre essas comunidades é da etnia indígena Guató. A partir de estudos etnográficos e arqueológicos sabe-se que eles viviam na mesma região onde as comunidades da Serra do Amolar estão vivendo hoje (RIBEIRO, 2005; EREMITES DE OLIVEIRA, 2007).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados métodos qualitativos, para um contato direto com os processos locais, percepção das subjetividades e melhor percepção do cotidiano.

Para coleta e análise de dados foram realizadas pesquisas bibliográficas por revisão

de literatura e documental sobre a cartografia social (ATAÍDE & MARTINS, 2005), basicamente leva-se experiências correlatas no Brasil e replica-se para o Pantanal.

Entrevistas foram feitas aplicando roteiro semiestruturado, adaptado de Amâncio (2007), para levantamentos de dados sociais e econômicos de 23 famílias na comunidade, com 1 representante de cada família respectivamente. Os entrevistados foram selecionados pelo tempo de permanência/vivência na região, de faixa etária que variava de 20 a 60 anos, ou seja, todos adultos (HANAZAKI, 2004).

Obteve-se uma dinâmica de conversa informal, não rígida ao esquema básico do questionário, com isso adaptações necessárias foram realizadas com adequações relativas aos vocabulário, entre quem pergunta e quem responde. Conseguiu-se então, um panorama geral das condições nas quais as famílias vivem hoje.

Perguntas também adaptáveis e não rígidas, mas focadas na relação da Comunidade

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

entre o uso de recursos naturais e as Unidades de Conservação, permitiram a técnica de interpretação textual e intertextual - procedimento semelhante à análise literária ou de textos: as entrevistas eram situadas em contextos diversos; discursivo, político, social e "circunstancial" (FAIRCLOUGH, 1992), subjacentes. Por outras palavras realizou-se a identificação de temas recorrentes nos discursos dos entrevistados, buscou-se a explicitação do conteúdo das diversas falas, o que garantiu a compreensão das representações sociais.

Para entender as relações dos grupos familiares, os espaços comunais dos recursos, registro das práticas econômicas e de subsistência e o cotidiano familiar, foi utilizado método da observação participante (MARQUES, 2001), conviveu-se assim com as famílias, e se observou as relações entre eles e com os atores locais, seus valores de certo modo, as práticas extrativistas e a abrangência territorial.

Também foi realizada consulta ao acervo documental da organização não governamental ECOA (2014), que possui um extenso banco de dados sobre a região, que permitiu levantar elementos e informações cronológicas sobre a ocupação dessa comunidade e como se deu a expulsão das famílias dos seus territórios.

Foram um total de 10 trabalhos de campo em 1 ano segmentados em 5 viagens no período de cheia, compreendidos nos meses de janeiro a julho de 2014, e 5 viagens no período de vazante ou seca, nos meses de agosto a dezembro do mesmo ano, para a caracterização espacial do uso de recursos naturais pela Comunidade.

Para a realização das atividades e levantamentos de dados "in loco" acima citados, foram necessários o uso de alguns equipamentos como: 2 embarcações, máquina fotográfica, GPS e imagens de satélites Landsat 5 para localização da comunidade e das áreas protegidas.

Com a base de dados levantados foi gerado um mapa com escalas do grau de

importância das áreas de uso da comunidade no seu território, permitiu-se então observar zonas sensíveis, de pressão, proibição e permissão ao acesso da comunidade, já que muitas áreas sobrepõem os limites das Unidades de Conservação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os meios de subsistência dessas comunidades se basearam por vários anos no trabalho em fazendas de gado, na pesca profissional e comércio de couro de espécies de animais nativos como os jacarés (*Caiman sp.*).

Profundas mudanças vieram quando, em 1974, uma grande cheia mudou a paisagem e a dinâmica local quando extensas áreas foram permanentemente alagadas, o que trouxe a falência à grande parte dos produtores de gado locais, os quais eram, até então, a base da economia, e como o couro de jacaré era um produto muito popular na Europa e na América, durante esse período tornou-se então a principal fonte de renda de grande parte das populações locais (CURADO, 2004). O Brasil foi o maior produtor durante os anos de 1960, no entanto entre 1970 e 1980 atingiu sua maior taxa de peles exportadas. A pressão mundial vinda dos órgãos ambientais causou grande preocupação sobre o uso de couro de jacaré do Pantanal (VERDADE, 2004; BRAZAITIS et al., 1998).

O fato é que Pantanal teve uma luta muito violenta entre o Instituto de Preservação e Controle Ambiental (INAMB) e caçadores de Jacaré, os "coureiros" - grupos compostos por populações da área rural, como algumas comunidades, porém intermediados por pessoas de outros estados e até estrangeiras, atraídos entre as décadas de 1970 e 1980 pelos altos lucros do couro do jacaré (LONGATTO & SEIXAS, 2004).

Em outra análise, o número crescente de turistas nesta região provocou intensa disputa pelos locais de pesca, incluindo áreas dentro das UCs. Transfere-se então grande parte das acusações dos crimes ambientais à Comunidade por parte das instituições

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

“fiscalizatórias”. Com o fim da caça do jacaré no Pantanal na década de 1980, a pesca obtém grande notoriedade. De acordo com Catella (2003), a quantidade de captura pelo pescador profissional artesanal aumentou de 1.070 toneladas em 1979 para 2.136 toneladas em 1984. No entanto, ao fim da década de 1980 também se viu um novo setor econômico a ditar as regras no território; o turismo de pesca amadora. E, devido ao número crescente de turistas, os dois grupos começaram a entrar em conflito por locais de pesca. Para apoiar este segmento turístico, o governo estadual criou restrições para os pescadores profissionais. Leis

foram criadas liberando “petrechos” à pesca amadora turística (CATELLA, 2003).

Este autor argumenta ainda que os pescadores profissionais foram levados a encontrar alternativas para a sua subsistência e a maioria deles começou a trabalhar para o próprio segmento turístico, como guias e pilotos das embarcações ou no fornecimento das iscas-vivas “isqueiros”. Atualmente, como demonstrado na figura 4, ao menos 70% dessas comunidades trabalham direta ou indiretamente (por meio de atravessadores), para o turismo de pesca amadora fornecendo lhes iscas-vivas.

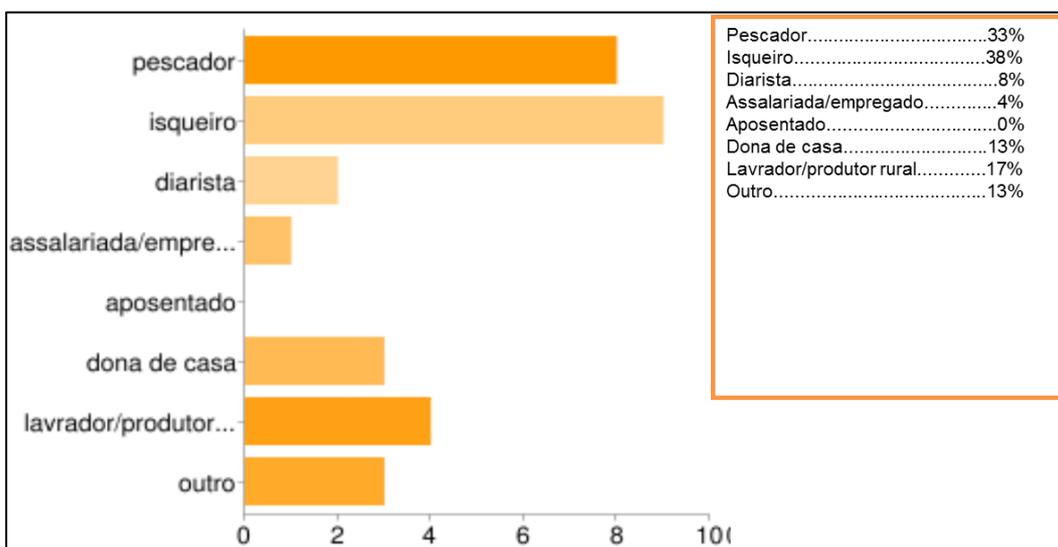


Figura 4 - Perfil sobre a principal fonte de renda das famílias da Comunidade da Barra do São Lourenço. Fonte: Os autores (2017).

Diante desses cenários, que atingem diretamente a Comunidade da Barra do São Lourenço, a mesma ainda possui outra barreira imposta à sua sobrevivência, a expulsão de seu território tradicional devido à criação de áreas protegidas. Na Serra do Amolar, região que se destaca das outras regiões por consequência de sua paisagem heterogênea com fitofisionomias diversificadas, que também servem de refúgio às espécies da fauna ameaçadas de extinção que a titulam como “área de extrema prioritária para conservação da biodiversidade brasileira”. (MMA, 2002), o governo brasileiro criou a Reserva Biológica do Caracará, em 1971, e, devido ao seu potencial turístico, a

transformaram em Parque Nacional do Pantanal Mato Grossense (PARNA – 135.000 hectares) em 1981, e em 1994, 4 novas áreas protegidas se estabeleceram no entorno do Parque, todas RPPNs - Acurizal (13.200 hectares), Penha (13.100 hectares), Dorochê (26.518 hectares), e Rumo Oeste (990 hectares); em 2008 duas outras áreas se somaram ao “esforço de conservação” da região – a RPPN Engenheiro Eliezer Batista (14.000 hectares) – e a fazenda Santa Tereza (60.000 hectares), que possui restrições de acesso às áreas alagadas (Figura 5).

Apesar dos espaços limítrofes com a Bolívia e com a lógica beligerante brasileira no tratar da fronteira, os conflitos na

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

Serra do Amolar desenham-se com outra fronteira, os limites territoriais das Áreas Naturais Protegidas (AP), ou Unidades de Conservação, com as da população tradicional local.

A história dos conflitos socioambientais na comunidade da Barra do São Lourenço inicia-se em 1995, quando a organização não governamental (ONG) americana The Nature Conservancy adquiriu as fazendas Acurizal, Penha e Rumo Oeste - propriedades agropecuárias que juntas somavam aproximadamente 55 mil hectares, e as repassou para uma ONG brasileira com sede em Cuiabá no estado de Mato Grosso chamada Ecotrópica (fundação de apoio a vida nos trópicos). A partir da compra, as fazendas foram decretadas RPPN em 1997 e iniciou-se o processo de gestão pela organização cuiabana. Porém, segundo o relato dos moradores da Barra do São Lourenço, já na aquisição das fazendas em 1995 as famílias começaram a serem expulsas.

É importante salientar que trata-se de antigas fazendas de gado em que grande parte de suas áreas estavam e estão (atualmente RPPN Penha e Acurizal), dentro do regime de inundação do rio Paraguai, ou seja, Áreas de Preservação Permanente (APP) – sob dominialidade da União, e nestas áreas circunvizinhas às propriedades, nas margens do rio Paraguai em braços do rio e corixos residiam os núcleos familiares da comunidade da Barra do São Lourenço.

Porém, atualmente o conflito com a comunidade está, segundo eles, sobre as áreas de reservas particulares, que sobrepõem seus territórios tradicionais, conforme discutido por Chiaravallotti, et al (2017) . E são as ações orquestradas pelas Reservas Particulares em nome de uma “Rede de Proteção”, com ações de monitoramento e “fiscalização” em períodos de 15 em 15 dias, que mais incomodam e aumentam as tensões por parte dos ribeirinhos. Foi comum relatar situações como intimidação e proibição da pesca nas baías e corixos do rio Paraguai, inúmeros registros fotográficos de

adultos e crianças sem autorização, denúncias falsas de crimes ambientais que trouxeram constrangimento e sérios prejuízos financeiros às famílias. Situação ambígua, já que umas das organizações partícipes da “rede de proteção” a Ecotrópica, tem como missão a “melhoria do relacionamento do homem com o meio ambiente”.

Esta situação de conflito é exposta em inúmeros momentos ao longo desta pesquisa, tanto por declarações dos gestores das UCs privadas, “Aqueles pessoas são oportunistas, não havia ninguém lá antes das reservas particulares... Agora se dizem comunidades tradicionais para terem benefícios especiais”, quanto pela declaração de moradores da comunidade, a partir do exemplo de uma senhora da Barra do São Lourenço no momento da expulsão;

“Com a criação da reserva particular, tive que deixar minha casa de um dia pro outro. Deixamos nossas coisas *pra*(SIC) trás, apenas pegamos a mala e colocamos no barco. Grávida e com muito medo, acabei perdendo a criança. Era *pra* (SIC) se chamar Ana Rosa”.

As comunidades instaladas às margens do rio Paraguai (Figura 6) podem ser tratadas como “tradicionais” e ribeirinhas em relação ao modo de vida e cultura que mantêm, além de manifestarem consciência de sua própria condição, a chamada auto-definição (ALMEIDA, 2011). Nota-se então, o estreito relacionamento entre o homem pantaneiro e a natureza, cercado de uma determinada “sapiência informal” que é transmitida de pai para filho, geração após geração, através das práticas cotidianas e/ou da oralidade. Isso nos permite dizer que é inapropriado se referir às populações que vivem mais afastadas dos centros urbanos como sendo aculturadas, segundo Dos Santos (2003).

Essa população, na verdade apresenta traços de multiculturalismo. Sendo todas as culturas tradicionais, uma vez que se baseiam economicamente no conhecimento e no uso de recursos renováveis. (DIEGUES, 1993 e 1996).

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

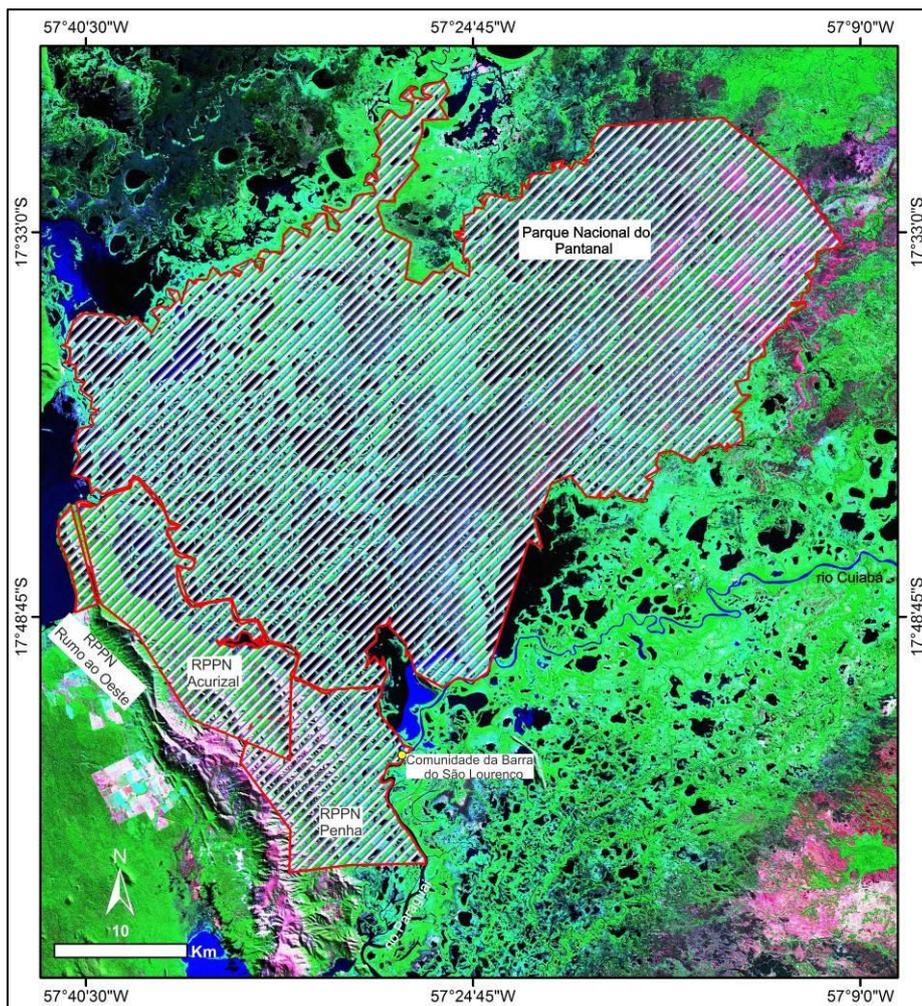


Figura 5 - Localização das áreas protegidas em relação à Comunidade da Barra do São Lourenço (Landsat ETM + Composição R7G4B2, GeocoverCirca 2000, NASA). Fonte: Os autores (2017).

De acordo com a lei 9.985 de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Parques Nacionais estão categorizados como unidades de proteção integral que não permitem o uso direto dos recursos naturais com objetivo específico de proteger o meio ambiente, e apesar de RPPNs estarem categorizadas no SNUC como unidades de uso sustentável, no qual compatibiliza a proteção da natureza com o uso do recurso, na prática suas restrições seguem como as unidades de proteção integral, ou seja, não permitem atividades como a pesca, extrativismo

e agricultura de subsistência. Exceções são feitas apenas quando essas populações são incluídas no plano de manejo dessas áreas (BRASIL, 2000).

Entretanto, embora a legislação brasileira também garanta que as comunidades locais tenham o direito de realizar atividades como coleta, pesca e agricultura em suas terras (BRASIL, 2007), elas em sua grande parte têm suas práticas tradicionais proibidas dentro dessas áreas protegidas, também apontado pela análise das entrevistas semiestruturadas aplicadas.

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

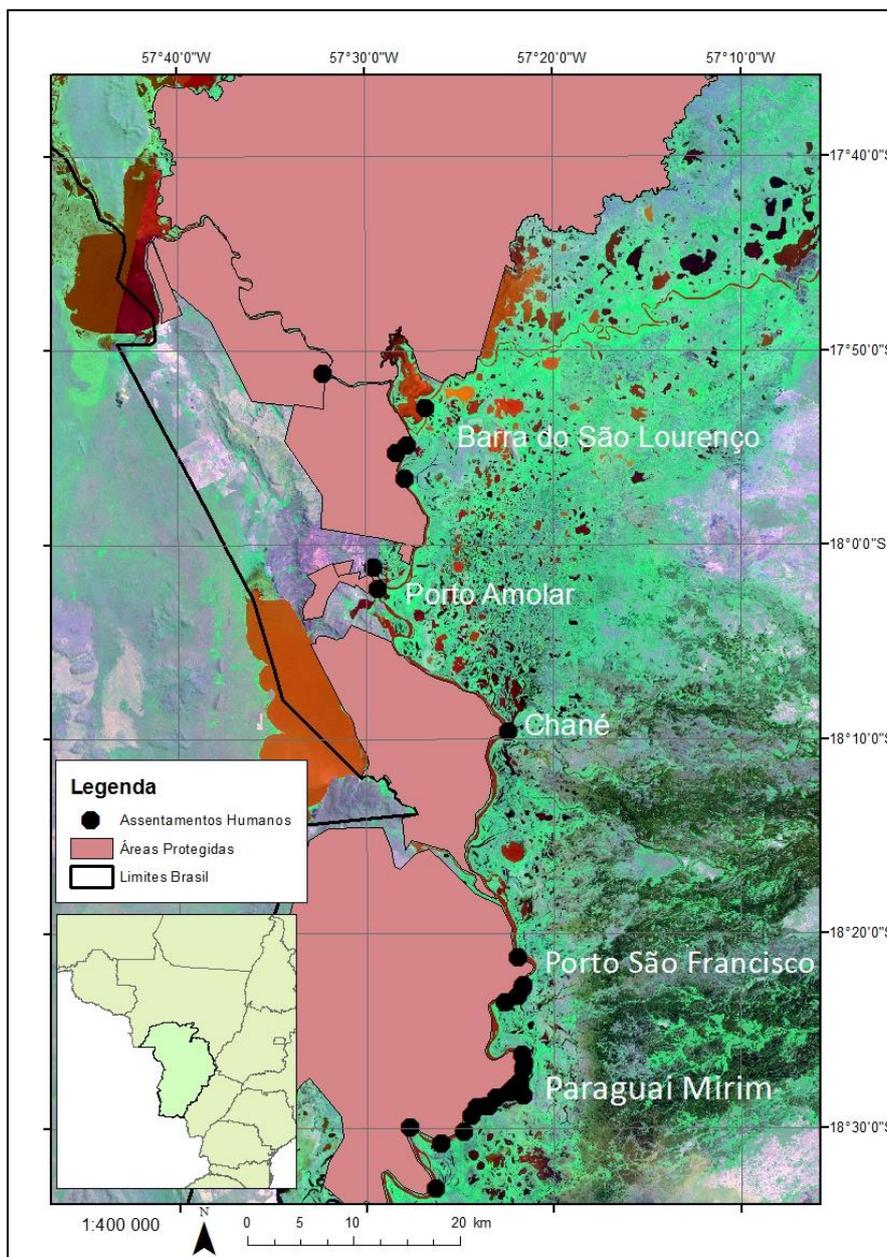


Figura 6 - Localização das comunidades e núcleos famílias na região da Serra do Amolar, e as áreas naturais protegidas. Fonte: Os autores (2017).

Portanto, as tensões entre as comunidades tradicionais e as APs provocam dois problemas principais. Por um lado, membros da Comunidade acusam os gestores dessas unidades de restringir o acesso às áreas ao longo dos rios e nas bordas da serra, principalmente para socorro das famílias no período de cheias do rio Paraguai. Áreas essas essenciais para a sobrevivência e manutenção (AMÂNCIO et al., 2010).

Um fato importante para se ter em mente é que vários pontos as margens do rio Paraguai, incluindo seus braços, não alagam por tratarem se de aterros indígenas feitos pelos Guató há centenas de anos, e muitos estão dentro das áreas protegidas que por décadas proibem acesso a estes espaços outrora utilizados pela comunidade da Barra do São Lourenço, espaços esses, que representavam o modo de vida dessas populações e servem como refúgio nas estações chuvosas e de cheias

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

(EREMITES DE OLIVEIRA, 2003 e 2007; CHIARAVALLIOTI et al. 2017).

Na imagem (figura 7), as cores verde, vermelho e amarelo demonstram toda a abrangência do território da Comunidade para os diferentes usos dos recursos naturais, e as zonas de tensão e proibição que ainda imperam na sobreposição das áreas naturais protegidas mesmo após as ações realizadas pelo MPF/Corumbá, SPU e ICMBio em 2013 quanto a “liberação” de importantes áreas antes proibidas irregularmente, mantendo-se assim, o conflito quanto ao acesso do território.

Além disso, estas áreas têm um grande potencial para a produção de produtos com alto valor agregado, produtos sustentáveis que podem ser importantes fontes de renda para as atuais populações locais, assim

como arroz selvagem (*Oryza latifolia*), e farinhas feitas a partir de frutos da região (BERTAZZONI & DAMASCENO-JÚNIOR 2011; DAMASCENO-JUNIOR et al., 2010).

No entanto, o desenvolvimento de tais oportunidades de geração de renda é dificultado pela falta de território e garantia dos direitos dessas populações. Por outro lado, alguns estudos como Moreira (2011), entendem que a proibição ou restrição das atividades tradicionais como pesca e o extrativismo dentro da AP, é importante para se evitar danos à biodiversidade (BERTAZZONI et al., 2012).

Em resumo, as questões não resolvidas em torno dos direitos de posse ou propriedade da terra suprimem o desenvolvimento e direito das comunidades locais e provocam danos às áreas protegidas.

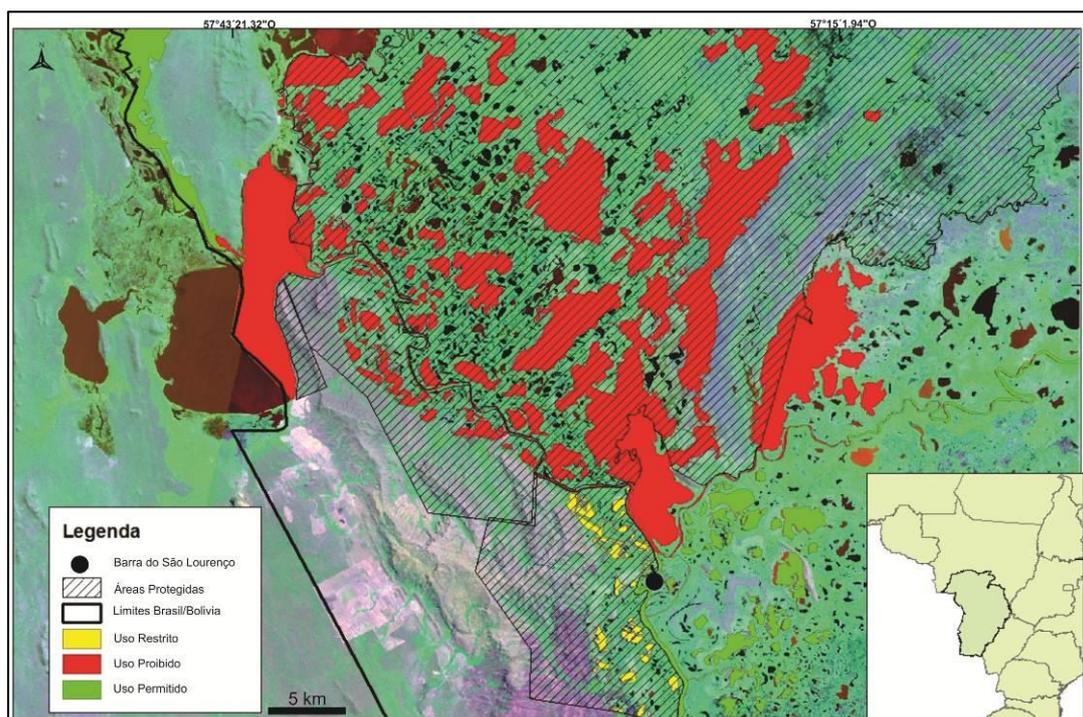


Figura 7 - Imagem demonstrando a abrangência do território da comunidade e a sobreposição às áreas naturais protegidas em 2015. Fonte: Os autores (2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação das Unidades de Conservação na região da Serra do Amolar, em especial das Reservas Particulares do Patrimônio

Natural (RPPN) no entorno da Comunidade da Barra do São Lourenço, no qual tiveram impactos ao seu modo de vida tradicional em nome da “proteção da biodiversidade”, aumenta assim o mapa do conflito ambiental no país.

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

A imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária, onde as múltiplas culturas, ou seja, comunidades e povos tradicionais se inter-relacionam com seus respectivos ambientes geográficos que são seus territórios.

O problema é que definir oficialmente unidades de conservação apenas pela incidência de espécies e operar com as categorias cadastrais censitárias convencionais significa incorrer no equívoco de reduzir a questão ambiental a uma ação sem sujeito, ou seja, apesar de RPPNs serem categorizadas no SNUC como de uso sustentável, toda e qualquer atividade humana, exceto pesquisa científica e ecoturismo, é vetada.

No entanto, trata-se de áreas tropicais brasileiras como o Pantanal, onde movimentos sociais como as comunidades tradicionais apresentam-se como um fator de existência coletiva que contesta esta insistência nos procedimentos operativos de ação sem sujeito.

Conclui-se então que fundamentalmente na prática ideológica “preservacionista” ainda enraizada nos gestores das UCs na região e órgãos fiscalizadores, não se compreende o arcabouço do direito consuetudinário na formação desses territórios tradicionais, sua relação público-privada de uso de espaços comunais, ou seja, as regras desse grupo social organizado e seus atos concretos de apropriação.

Este estudo evidenciou e mapeou parte das dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas de ocupação e uso dos recursos naturais na Serra do Amolar pela comunidade da Barra do São Lourenço, o que gerou um panorama ou um “extrato” da interação do uso do território dessa comunidade tradicional, que desta forma, pode se tornar uma importante ferramenta de fortalecimento a democracia, conservação da biodiversidade e manutenção ao patrimônio histórico e cultural, possibilitando sua replicação a outras comunidades que queiram legitimar sua história e seus direitos de uso e ocupação do território.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2011.

ALMEIDA, M. A.; DA SILVA, C. J. As comunidades tradicionais pantaneiras Barra de São Lourenço e Amolar, Pantanal, Brasil. *História e Biodiversidade*. v. 1, n 1. 2011.

AMÂNCIO, C. O. G.; AMÂNCIO, R.; TONIAZZO, R. C.; BOTELHO, D.; PELLEGRIN, L. A. Caracterização Socioeconômica da Comunidade do Amolar, sub-região do Paraguai, Corumbá: Embrapa Pantanal Circular Técnica, v 92, 2010.

AMÂNCIO, C.O. G.; AMÂNCIO, R.; TORRES, O.; TONIAZZO, R. C.; BOTELHO, D. Relatório Técnico da Reserva Particular do Patrimônio Natural Engenheiro Eliezer Batista – socioeconomia, 2007.

ATAÍDE, M. S.; MARTINS, A. L. U. A Etnocartografia como Ferramenta de Gestão. 2005. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/6408.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BARNOSKY, A. D.; MATZKE, N.; TOMIYA, S.; WOGAN, G. O. U.; SWARTZ, B.; QUENTAL, T.B.; MARSHALL, C.; MCGUIRE, J. L.; LINDSEY, E. L.; MAGUIRE, K.C.; MERSEY, B.FERRER, E. A. Has the Earth's sixth mass extinction already arrived? *Nature*, n. 471. p.51-57. 2011.

BÉNÉ, C. When fishery rhymes with poverty: a first step beyond the old paradigm on poverty in small-scale fisheries. *World Development*, n.31. p. 949–975, 2003.

BERTASSONI, A.; XAVIER, N. L.; RABELO, F. A.; LEAL, S. P. S, PORFÍRIO, G. E. O.; MOREIRA V. F. Scientific Note Paraguay River Environmental Monitoring by Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, Pantanal, Brazil. *Pan-American Journal of Aquatic Sciences*, v. 7, n. 2, p. 77-84, 2012.

BERTAZZONI, E. C.; DAMASCENO-JUNIOR, G. A. Aspectos da biologia e fenologia de *Oryzalatifolia* Desv. (Poaceae) no Pantanal sul-

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

- mato-grossense. *Acta Botanica Brasílica*. v. 2, p. 476-486, 2011.
- BORRAS, S. JR.; FRANCO, J. C. Political Dynamics of Land Grabbing in Southeast Asia: understanding Europe's role. Discussion Paper. Amsterdam: Transnational Institute (TNI), 2011.
- BORTOLOTTI, I. M. Aspectos históricos e sócio-econômicos da comunidade do Amolar, Corumbá – Pantanal – Sul – Mato – Grossense. Levantamento da Fauna, Flora e aspectos sócio-econômicos na região do Amolar no Pantanal Sul-Mato-Grossense / *Ecoa*, 95 p, 2005.
- BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro, 2007.
- BRASIL. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei nº 9985, 18 de julho, 2000.
- BRAZAITIS, P.; WATANABE, M. E. & AMATO, G. The caiman trade. *Scientific American*, n.278, p.52-58, 1998.
- CATELLA, A. C. A Pesca no Pantanal Sul: situação atual e perspectivas. Corumbá: Embrapa Documentos, n.48. Dez., 2003.
- CHIARAVALLOTI, R. M. Overfishing or Over Reacting? Management of Fisheries in the Pantanal wetland, Brazil. *Conserv. Soc.* 15, 111–122, 2017.
- CHIARAVALLOTI, R. M., HOMEWOOD, K. & ERIKSON, K. Sustainability and Land tenure: Who owns the floodplain in the Pantanal, Brazil? *Land use policy* 64, 511–524, 2017.
- CHIARAVALLOTI, R. M.; DELELIS, C.; TOFOLI, C.; PADUA, C.V.; RIBEIRO, K.; MENESES, G. A. Federal protected areas management strategies in Brazil: Sustainable financing, staffing, and local development. *Nat. e Conserv.* 13, 30–34, 2015.
- CHIARAVALLOTI, R.M. Biodiversidade da região da Serra do Amolar e região do entorno e espécies de valor turístico. *Ecoa*, 2012.
- COAD, L., J. SCHLEICHER, E. J. MILNER-GULLAND, T. R. MARTHEWS, M. STARKEY, A. MANICA, A. BALMFORD, W. MBOMBE, T. R. DIOP BINENI, and K. A. ABERNETHY. Social and ecological change over a decade in a village hunting system, Central Gabon. *Conservation Biology* 27(2):270-280, 2013.
- CURADO, F. F. Considerações Socioeconômicas e Ambientais Relacionadas aos “Arrombados” na Planície do Rio Taquari, MS. *Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento*, n. 67. Dez., 2004.
- DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A. F. No ritmo das águas do Pantanal. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, 1995.
- DAMASCENO JUNIOR G.A, SOUZA P.R. Sabores do Cerrado & Pantanal: receitas e boas práticas de aproveitamento. Campo Grande: Editora UFMS, p. 141, 2010.
- DAMASCENO-JUNIOR, G.A.; SEMIR, J.; SANTOS, F.A.M.; LEITÃO-FILHO, H.F. Structure, distribution of species and inundation in a riparian forest of Rio Paraguai, Pantanal, Brazil. *Flora* 200, 119–135, 2005
- DIAS. B. F. S. (Coord.). A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB. Série Biodiversidade nº 1 – Brasília: Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2000. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf .>. Acesso em: 12 Ago. 2015
- DIEGUES, A. C. S. – Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada. Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil. Série — Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 1, São Paulo. 1993.
- DIEGUES, A.C. “Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais”. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs.) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. São Paulo, Cortez Editora, 1996.
- DOS SANTOS, D. A. A cultura como instrumento de conservação ambiental na região do Pantanal do Paraguai–MS, 2013.

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

- ECO.A. "Ações para o turismo de base comunitária na contenção da degradação do Pantanal": Relatório técnico. Campo Grande. Convênio no. 005/2011 (SICONV 755384/2011), MJ/SDE/CFDD, 48 p, 2013.
- ECO.A. "Mapeamento de Eventos Climáticos Extremos no Pantanal, análise de seus efeitos sobre populações vulneráveis, capacitação local e elaboração de propostas mitigatórias": Relatório técnico. Campo Grande. Convênio no. 0084/2011 (SICONV 763161/2011), MJ/SDE/FDD, 55 p, 2014.
- ENGEL, S., PAGIOLA, S. & WUNDER, S. 'Designing payments for environmental services in theory and practice – an overview of the issues', *Ecological Economics*, n.65. p.663-674, 2008.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do pantanal. *Revista Arqueologia*, n.16. p.71-86, 2003.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Os primeiros passos em direção a uma arqueologia pantaneira: de Max Schmidt e Branka Susnik a outras interpretações sobre os povos indígenas nas terras baixas do Pantanal. *Revista de Arqueologia*, n.20, p. 83-115, 2007.
- FAIRCLOUGH, N. "Dis-course and text: linguistic and inter-textual analysis with in discourse analysis". *Discourse & Society*, v.3. n. 2, p.193-217, 1992.
- FAIRHEAD, J.; LEACH, M. & SCOONES, I. Green grabbing: A new appropriation of nature?. *Journal of Peasant Studies*, n.39. p. 237-261, 2012.
- FERNANDEZ, F. D. S., ANTUNES, P. C., MACEDO, L. & ZUCCO, C. A. How Sustainable is the Use of Natural Resources in Brazil? *Nat. Conserv.* 10, 77–82, 2012.
- HANAZAKI, N. Etnobotânica. In: BEGOSSI, A. (org.) *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec. cap. 1, p. 37-58. 2004.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. *science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.
- HOMEWOOD, K. M.; TRENCH, P. C.; BROCKINGTON, D. Pastoralist livelihoods and wildlife revenues in East Africa: a case for coexistence. *Pastoralism*, v. 2, n. 1, p. 123, 2012.
- LONGATTO, J. A.; SEIXAS, G.H.F. Experiências de Fiscalização do Tráfico de Animais Silvestres em Mato Grosso do Sul. In *Natureza & Conservação*. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, v. 2, n.1, abr., 2004.
- MARQUES, J. G. Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica. 2. ed. São Paulo: Nupaub/USP, 2001.
- MMA. Biodiversidade brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. MMA, Brasília, 2002.
- MOREIRA, V. F. Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar: rompendo fronteiras para a conservação do Pantanal. 2011.
- MOURÃO, G. M. Uso comercial da fauna silvestre no Pantanal: lições do passado. p.39-45. Anais do II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal: Manejo e Conservação. Corumbá: Embrapa, p.39-45, 1999.
- PLAGÁNYI, E. E., I. VAN PUTTEN, T. HUTTON, R. A. DENG, D. DENNIS, S. PASCOE, T. SKEWES, AND R. A. CAMPBELL. Integrating indigenous livelihood and lifestyle objectives in managing a natural resource. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 110:3639–3644, 2013.
- POSSINGHAM, H. P., WILSON, K. A., ANDELMAN, S. J., VYNNE, C. H. Protected Areas: Goals, Limitations, and Design. Pages 509-533 in M. J. Groom, G. K. Meffe and C. R. Carroll, editors. *Principles of Conservation Biology*, 3rd Edition. Sinauer Associates, Inc., Sunderland MA, 2006.
- REDFORD, K. H.; ADAMS, W. M. Payment for ecosystem services and the challenge of saving nature. *Conservation Biology*, n.23. p.785–787, 2009.

ÁREAS PROTEGIDAS NO PANTANAL: COMUNIDADE TRADICIONAL DA BARRA DO SÃO LOURENÇO NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA - REGIÃO DE CORUMBÁ-MS

RIBEIRO, M. S. Uma ilha na história de um povo canoeiro: o processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal (século XX). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil, 2005.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K.; PERSSON, Å.; CHAPIN, F. S.; LAMBIN, E.; LENTON, T. M.; SCHEFFER, M.; FOLKE, C.; SCHELLNHUBER, H.; NYKVIST, B.; DE WIT, C. A.; HUGHES, T.; VAN DER LEEUW, S.; RODHE, H.; SÖRLIN, S.; SNYDER, P. K.; CORELL, R. W.; FABRY, V.J.; HANSEN, J.; WALKER, B.; LIVERMAN, D.; RICHARDSON, K.; CRUTZEN, P.; FOLEY, J.; COSTANZA, R.; SVEDIN, U.; FALKENMARK M.; KARLBERG, L. A safe operating space for humanity". *Nature* 461 (7263): 472–475, 2009.

ROSS, J. P. Win a few, lose a few. *CrocodileSpecialistGroup Newsletter*, n. 17. p.2-3, 1998.

SILVA, C. J. & SILVA, J. No Ritmo das Águas do Pantanal. São Paulo: NUPAUB, 1995.

SMITH, R. J. & VERÍSSIMO. Letthelocals lead. *Nature* n.462, p.280–281, 2009.

VERDADE, L. M. A exploração da fauna silvestre no Brasil: jacarés, sistemas e recursos humanos. *Biota Neotropica*, v.4, n.2, p.1-12, 2004.

ZOOMERS, E. B. Globalizationandtheforeignizationofspace: The seven processes drivingthecurrent global landgrab. *JournalofPeasantStudies*, n.37. p.429-447, 2010.